

ALDEIAS
HISTÓRICAS
DE PORTUGAL



BIOSPHERE
certified destination

REFERENCIAL ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL — 2020

co-financiamento



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

Índice

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | Referencial AHP | 4 |
| 1.1 | Identificação de elementos comuns e distintivos AHP | 4 |
| 1.2 | Proposta de Referencial AHP | 14 |
| 2 | Fatores críticos e pressupostos de mudança..... | 25 |

Índice de figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1. Sistema Nacional de áreas classificadas – Rede AHP | 7 |
| Figura 2. Mapa Territórios de baixa densidade – região Centro | 9 |
| Figura 3. Conjunto edificado (Vista aérea) – elemento comum e distintivo | 11 |
| Figura 4. Circles of sustainability | 17 |
| Figura 5. Atributos dos espaços públicos | 18 |
| Figura 6. Dimensões do Referencial AHP, por nível de avaliação | 19 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Síntese do património cultural imóvel com classificação nacional e de interesse público..... | 5 |
| Tabela 2. Enquadramento ambiental e paisagístico – elementos comuns e distintivos..... | 8 |
| Tabela 3. Enquadramento territorial e administrativo – elementos comuns e distintivos | 10 |
| Tabela 4. Homogeneidade e singularidade do conjunto edificado – elementos comuns e distintivos | 12 |
| Tabela 5. Homogeneidade e singularidade do espaço público – elementos comuns e distintivos | 13 |
| Tabela 6. Contributos da comunidade local..... | 14 |
| Tabela 7. Proposta de Referencial AHP..... | 21 |
| Tabela 8. Situação das 12 AHP face à proposta de Referencial AHP (ano 2020) | 23 |
| Tabela 9. Matriz de correlação entre fatores críticos e a proposta de Referencial AHP..... | 27 |

1 Referencial AHP

1.1 Identificação de elementos comuns e distintivos AHP

É possível identificar um conjunto de elementos comuns e distintivos em todas as AHP que as diferenciam de outros aglomerados populacionais. Um dos elementos distintivos é precisamente a sua dimensão de rede, à qual acrescem elementos associados às suas dimensões geográfica, patrimonial, arquitetónica, urbanística, socioeconómica entre outras que a seguir se expõem e que são essenciais para a proposta de Referencial de “Aldeia Histórica de Portugal” vertida no ponto 1.3.

Face ao exposto, sistematizam-se os seguintes elementos comuns e distintivos das AHP:

a) Dimensão de rede

O primeiro elemento único e distintivo das doze aldeias é a sua dimensão de rede, i.e., o facto de se tratar de um conjunto de núcleos que de forma integrada trabalha a sua valorização de forma coordenada, assim como a sua promoção e divulgação turística através da AHP-ADT.

b) Relevância histórica, arquitetónica e cultural

De acordo com a Direção Geral do Património Cultural, integram o património cultural imóvel os bens imóveis que assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Com classificações de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, os bens são alvo de proteção e valorização.

Um denominador comum a todas as aldeias é a presença de património cultural imóvel, seja o conjunto da aldeia seja de elementos patrimoniais que as integram e que atestam o valor cultural aqui presente, seja ele histórico, arqueológico, arquitetónico e que reflete valores de memória coletiva, identidade e autenticidade.

A criação da Rede teve associada esta dimensão de monumentalidade e de relevância patrimonial. Hoje as Aldeias Históricas encontram-se num processo de Vias de Classificação a Conjunto Monumento Nacional, corroborando assim o seu valor cultural e distintivo.

Esta riqueza patrimonial resulta, em grande medida, do posicionamento geoestratégico do território e do seu papel na defesa de fronteira na época de constituição da nação, tendo-se por esse motivo edificado importantes estruturas defensivas e militares ainda presentes nas aldeias, importantes marcos arquitetónicos e arqueológicos da História de Portugal. Aos elementos arquitetónicos classificados junta-se um expressivo conjunto de elementos de arquitetura militar e civil com características únicas e que, na sua maioria, preservam formas urbanas ancestrais. No domínio civil, as características vernaculares são notáveis, com todos os aglomerados, fiéis aos materiais/recursos

existentes na região e às técnicas que as comunidades foram aprimorando para construir as suas casas e fazer face ao contexto biofísico em que se encontravam.

Tabela 1. Síntese do património cultural imóvel com classificação nacional e de interesse público

| PROCESSO VIAS DE CLASSIFICAÇÃO CONJUNTO MONUMENTO NACIONAL DO AGLOMERADO AHP | | |
|---|--|---|
| Aldeias Históricas de Portugal | Classificação do património | Link para acesso |
| 1 Almeida | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República n.º 230/2022, Série II de 29 de novembro de 2022, o anúncio 256/2022. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/256-2022-204072295 |
| 2 Belmonte | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República n.º 129/2022, Série II de 2022-07-06 o Anúncio n.º 130/2022. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/130-2022-305701463 |
| 3 Castelo Novo | Processo em Análise por parte da DGPC | |
| 4 Castelo Mendo | Processo em Análise por parte da DGPC | |
| 5 Castelo Rodrigo | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República n.º 230/2022, Série II, de 29 de novembro de 2022, o anúncio 256/2022. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/256-2022-204072295 |
| 6 Idanha-a-Velha | Processo em análise por parte da DGPC (manutenção da classificação como Monumento Nacional), Decreto n.º 61/91, de 31 de Dezembro. | https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/61-1999-321683 |
| 7 Linhares da Beira | Processo encontra-se com despacho emitido pela DGPC para respetiva publicação em DR. | Aguarda-se publicação em DR. |
| 8 Monsanto | Processo em Análise por parte da DGPC | |
| 9 Marialva | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 124 de 29 de junho de 2021, o Anúncio n.º 141/2021 de 4 de maio de 2021. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/141-2021-93086048 |
| 10 Piódão | Processo encontra-se com despacho emitido pela DGPC para respetiva publicação em DR. | Aguarda-se publicação em DR. |
| 11 Sortelha | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República n.º 230/2022, Série II, de 29 de novembro de 2022, o anúncio 257/2020. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/257-2022-204072294 |
| 12 Trancoso | Vias de Classificação Conjunto Monumento Nacional: Foi publicado no Diário da República n.º 110/2021, Série II de 2021-06-08 o Anúncio n.º 112/2021. | https://dre.pt/dre/detalhe/anuncio/112-2021-364797301 |

A este território estão também associados traços culturais e identitários fortes, assentes num vasto conjunto patrimonial imaterial assente em estórias, lendas, tradições, artesanato, etc. e que se procura preservar e manter vivo. Têm vindo a ser matéria prima de muitas das atividades de dinamização das aldeias levadas a cabo pela AHP-ADT, sendo preocupação a sua preservação uma vez que o contexto sociodemográfico atua desfavoravelmente a este desafio.

Na tabela seguinte sintetiza-se então o quadro de verificação deste denominador comum nas doze AHP.

c) Enquadramento ambiental e paisagístico

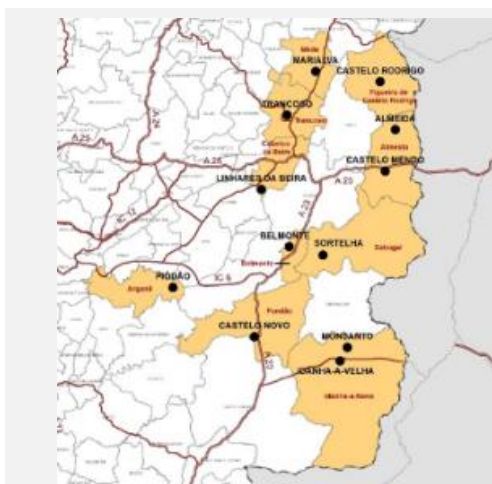
A necessidade de garantir a conservação da natureza e biodiversidade determinou a classificação a nível internacional e nacional de um conjunto de territórios sensíveis e que, pelo seu valor, necessitavam de proteção. Neste contexto foi definido em Portugal o Sistema Nacional de Áreas classificadas (SNAC)¹, constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e pelas áreas

¹ O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) foi estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro.

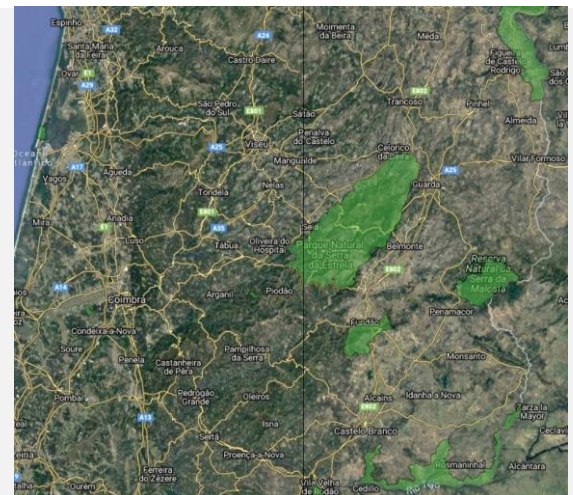
classificadas que integram a Rede Natura 2000 e demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, assegurando a integração e a regulamentação harmoniosa dessas áreas já sujeitas a estatutos ambientais de proteção.

A existência destas áreas revela a importância patrimonial e ambiental dos espaços e a necessidade premente de harmonizar diferentes ocupações e usos tornando possível o equilíbrio homem-natureza. Um denominador comum a todas as aldeias é a relação direta com áreas integradas no SNAC, ou pela integração da própria aldeia num destes territórios classificados, ou pela proximidade/contiguidade com estas áreas que lhe servem de enquadramento e com as quais se verifica uma relação direta (Figura1), nomeadamente:

- i. Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas: Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural da Serra da Estrela, Reserva Natural da Serra da Malcata, Paisagem Protegida Regional Serra da Gardunha, Paisagem Protegida da Serra do Açor e Área Protegida da Faia Brava;
- ii. Rede Natura 2000: Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC) ao abrigo da Diretiva Habitats e Zonas de Proteção Especial (ZPE) ao abrigo da Diretiva Aves;
- iii. Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português: Entre outras, integram as Reservas da Biosfera “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo /Tajo Internacional” e “Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, o Sítio RAMSAR “Planalto Superior da Serra da Estrela e troço superior do rio Zêzere” e o Geoparque “Naturtejo da Meseta Meridional”.



Território da Rede AHP



Rede Nacional de Áreas Protegidas

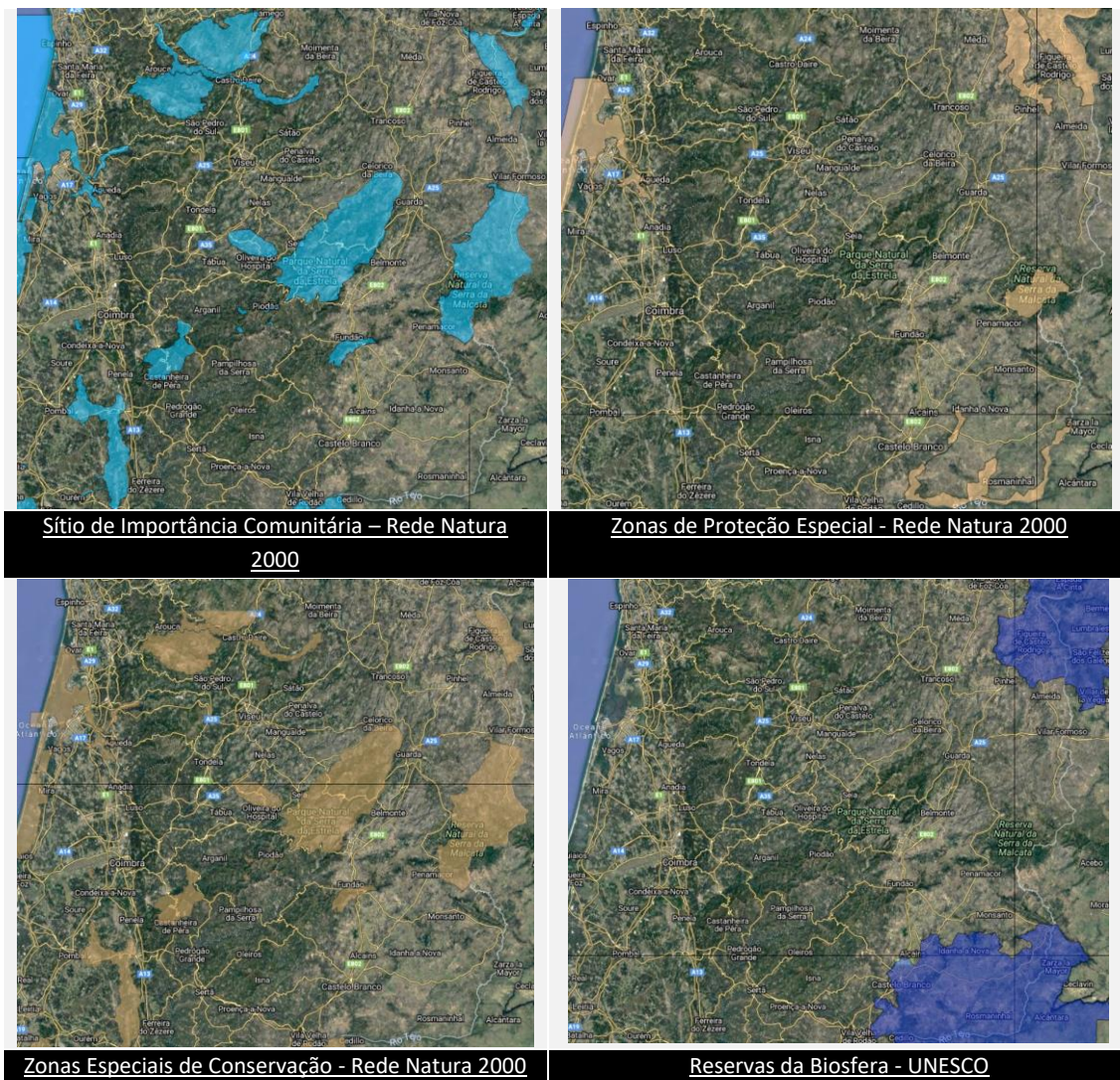


Figura 1. Sistema Nacional de áreas classificadas – Rede AHP

Fonte: <https://geocatalogo.icnf.pt/>

Este contexto resulta da presença de elementos naturais e paisagísticos de grande valor e do esforço de preservação e valorização realizado pelas comunidades locais durante séculos, num equilíbrio único entre a ocupação humana (edificada e cultura da terra) e a preservação ambiental que é a prova da plena consciência da necessidade do mesmo desde tempos ancestrais.

Os recursos naturais são assim um elemento essencial à Aldeia Histórica e vice-versa, num contexto que, na Rede, assume uma dimensão notável e única, sendo por este motivo identificado como elemento comum e distintivo às doze aldeias (Tabela 2).

Tabela 2. Enquadramento ambiental e paisagístico – elementos comuns e distintivos

| AHP | RNAP | | | Outras áreas do SNAC | | |
|-------------------|-----------|-------------------|---------------------------------------|----------------------|-------------------|--|
| | Integrada | Próxima /contigua | Classificação das áreas identificadas | Integrada | Próxima /contigua | Classificação das áreas identificadas |
| Almeida | | X | Parque Natural | | X | SIC ZPE |
| Belmonte | | X | Parque Natural | | X | SIC ZEC |
| Castelo Mendo | | | | | X | SIC ZEC |
| Castelo Novo | X | | Paisagem Protegida Regional | | X | SIC ZEC |
| Castelo Rodrigo | | X | Área Protegida Privada | X | X | Reserva da Biosfera ZPE |
| Idanha-a-Velha | | X | Parque Natural | X | X | Reserva da Biosfera SIC ZEC ZPE |
| Linhares da Beira | X | | Parque Natural | X | X | Sítio RAMSAR SIC ZEC |
| Marialva | | | | | X | SIC ZPE |
| Monsanto | | X | Parque Natural | X | X | Reserva da Biosfera SIC ZEC ZPE |
| Piódão | | X | Paisagem Protegida | | X | SIC ZEC |
| Sortelha | | X | Reserva Natural | | X | Reserva da Biosfera SIC ZEC ZPE |
| Trancoso | | X | Parque Natural | | X | SIC ZEC |

d) Enquadramento territorial e administrativo

Em 2015 foi definido, por decisão do Governo e deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020 a classificação de territórios de baixa densidade. Este exercício esteve e permanece associado à aplicação de medidas de diferenciação positiva destas áreas territoriais, tendo na sua génese uma “abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades”².

² Deliberação CIC, alterada pela Deliberação nº55/2015 e pela Deliberação nº20/2018.

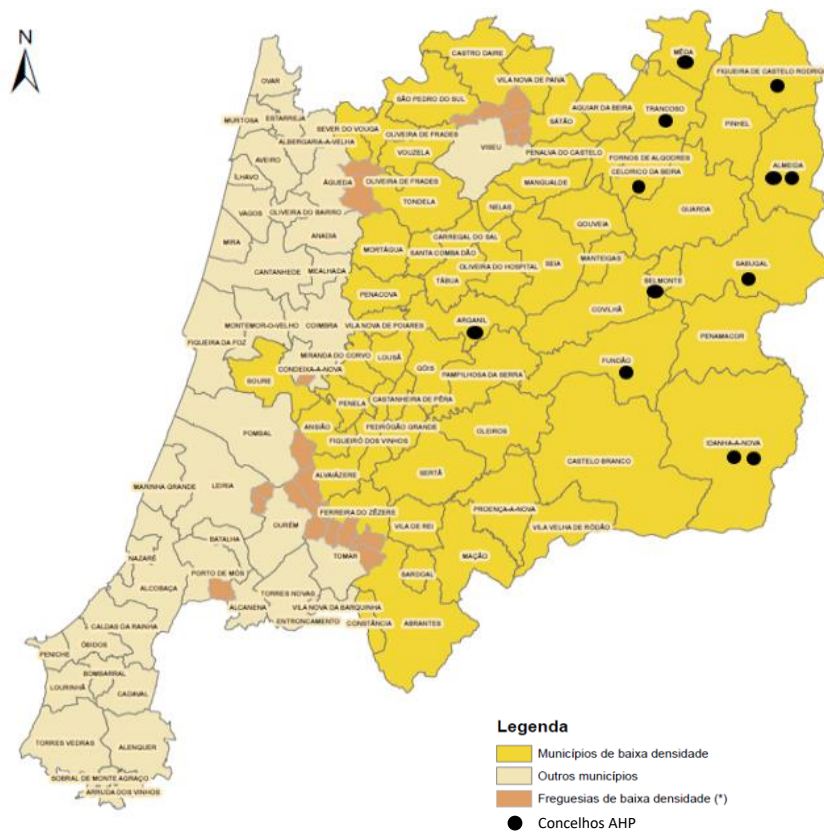


Figura 2. Mapa Territórios de baixa densidade – região Centro

Fonte: Portugal 2020

Um denominador comum (Tabela3) às doze AHP é a sua localização no interior do país e, conseqüentemente, a inserção no território de baixa densidade, com a evidência, na maioria dos aglomerados populacionais, dos critérios sociodemográficos referenciados, como o despovoamento e envelhecimento da população e outros como a rede urbana com aglomerados de pequena e micro dimensão, mesmo que, em termos administrativos se esteja perante uma rede de aldeias sede de unidades administrativas, em três dos casos concelhos (Almeida, Belmonte e Trancoso) e em todos os casos de freguesia como se sistematiza na tabela seguinte. Verifica-se que os aglomerados das AHP apresentam relevância administrativa e, nesse contexto, estabelecem relações de influência e complementaridade com o território onde estão integradas.

Tabela 3. Enquadramento territorial e administrativo – elementos comuns e distintivos

| | Território de baixa densidade | Sede de Concelho | Sede de Freguesia |
|-------------------|-------------------------------|------------------|-------------------|
| Almeida | X | X | |
| Belmonte | X | X | |
| Castelo Mendo | X | | X |
| Castelo Novo | X | | X |
| Castelo Rodrigo | X | | X |
| Idanha-a-Velha | X | | X |
| Linhares da Beira | X | | X |
| Marialva | X | | X |
| Monsanto | X | | X |
| Píódão | X | | X |
| Sortelha | X | | X |
| Trancoso | X | X | |

e) Homogeneidade e singularidade do conjunto edificado

O conjunto edificado de cada uma das Aldeias Históricas encerra em si mesmo um dos elementos distintivos identificados. Com efeito a unidade verificada e as características do conjunto (Figura3) são um dos elementos comuns e que tanto diferenciam esta rede de aldeias. Ao percorrer cada Aldeia Histórica é visível a homogeneidade em termos de materiais utilizados (assente em matérias-primas locais como o granito e o xisto), volumetria (na sua maioria de 2 pisos) e soluções construtivas e funcionais, associadas frequentemente a técnicas tradicionais regionais e à relação da comunidade com as atividades económicas, em particular as mais tradicionais como a agricultura, a pastorícia/criação de gado, o comércio de proximidade e a indústria (pequenas oficinas) que ocupavam parte da habitação.

A arquitetura vernacular é dominante em todo o conjunto edificado e encontra-se globalmente bem conservada, sendo contudo de notar alguns focos problemáticos ligados ao abandono e dissonâncias que deverão ser trabalhados para que não se perca a unidade e imagem de conjunto com tanto valor e tão representativa do lugar e da sua comunidade, na sua dimensão mais autêntica e tradicional.



Almeida



Belmonte



Castelo Mendo



Castelo Novo



Castelo Rodrigo



Idanha a Velha



Linhães da Beira



Marialva



Monsanto



Piódão



Sortelha



Trancoso

Figura 3. Conjunto edificado (Vista aérea) – elemento comum e distintivo

Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com>

Face ao exposto identifica-se como um dos denominadores comuns e elemento distintivo às Aldeias Históricas a homogeneidade e singularidade dos seus conjuntos edificados (sendo de acautelar a sua continuidade e de trabalhar no sentido de corrigir alguns casos que atualmente podem começar a comprometer este contexto). Face ao exposto, sintetiza-se o contexto atual na Tabela 4, distinguindo dois níveis, no âmbito da uniformidade dos materiais, sendo 1 correspondente aos casos em que se verifica um número de dissonâncias que, mesmo ainda não comprometendo a unidade de conjunto já a põe em risco, e 2 correspondente aos casos em que se registam algumas dissonâncias ainda não expressivas no conjunto).

Tabela 4. Homogeneidade e singularidade do conjunto edificado – elementos comuns e distintivos

| AHP | Uniformidade dos materiais | | | Uniformidade das soluções construtivas | Uniformidade volumétrica | Estado geral de conservação | | |
|-------------------|----------------------------|-------|---|--|--------------------------|-----------------------------|----------|-----|
| | Existência | Nível | | | | Bom | Razoável | Mau |
| | | 1 | 2 | | | | | |
| Almeida | X | | ● | X | X | | X | |
| Belmonte | x | ● | | X | X | | X | |
| Castelo Mendo | X | ● | | X | X | | X | |
| Castelo Novo | X | ● | | X | X | X | | |
| Castelo Rodrigo | X | ● | | X | X | X | | |
| Idanha-a-Velha | X | | ● | X | X | X | X | |
| Linhares da Beira | X | ● | | X | X | | X | |
| Marialva | X | ● | | X | X | | X | |
| Monsanto | X | | ● | X | X | X | X | |
| Piódão | X | | ● | X | X | X | X | |
| Sortelha | X | | ● | X | X | X | X | |
| Trancoso | X | | ● | X | X | | X | |

f) Homogeneidade e singularidade do espaço público

Complementar ao edificado, o espaço público é um traço essencial das Aldeias, não só da sua morfologia urbana, mas também da sua vivência coletiva. Neste contexto identifica-se a homogeneidade e singularidade do espaço público como um denominador comum às doze aldeias, verificando-se que todas possuem uma malha urbana caracterizada por (i) espaços de circulação, na sua maioria de carácter misto (circulação pedonal e viária), com materiais que, à semelhança do edificado, são de origem regional (granito e xisto); e (ii) espaços de estar de morfologia orgânica, em alguns casos com um carácter mais formal de enquadramento de elementos patrimoniais/equipamentos e noutros casos informais resultado de confluências de arruamentos e áreas de geometrias e formas variáveis que permitem o encontro e atividades da comunidade. Elemento essencial à vivência coletiva, o espaço público é também essencial para o visitante/turista, sendo óbvio que se responder aos requisitos básicos de qualidade e apropriação por parte da

comunidade residente também o fará a esta segunda categoria de utilizadores, mais esporádica e sazonal.

Apesar de algumas nuances, essencialmente concentradas no nível de mobiliário urbano de suporte aos espaços de estar, o espaço público das AHP apresenta um estado de conservação razoável/bom, infraestruturado e acessível a pé e, em na maioria dos arruamentos em que o perfil o permite, também por automóvel.

Por último, destaca-se a existência de mobiliário urbano em todas as aldeias, contudo opta-se por distinguir dois níveis: o nível 1 corresponde ao mais básico, ou seja, casos em que apesar de existir mobiliário urbano este não se encontra em quantidade e tipologia adequadas ao pleno usufruto e apropriação dos espaços de estar, havendo possibilidade de melhoria; o nível 2 corresponde a casos em que o mobiliário existe de forma adequada ao tipo de espaço de estar existente.

Tabela 5. Homogeneidade e singularidade do espaço público – elementos comuns e distintivos

| | Espaços de circulação mista partilhada e pedonal | Espaços de estar (largos, praças) | Uniformidade dos materiais | Mobiliário Urbano | | Existência de infraestruturas básicas | Estado geral de conservação | | | |
|-------------------|--|-----------------------------------|----------------------------|-------------------|-------|---------------------------------------|-----------------------------|----------|-----|---|
| | | | | existência | Nível | | Bom | Razoável | Mau | |
| | | | | | 1 | | | | | 2 |
| Almeida | X | X | X | X | ● | | X | | | |
| Belmonte | X | X | X | X | ● | | X | | | |
| Castelo Mendo | X | X | X | X | ● | | X | | | |
| Castelo Novo | X | X | X | X | | ● | X | X | | |
| Castelo Rodrigo | X | X | X | X | ● | | X | X | | |
| Idanha-a-Velha | X | X | X | X | ● | | X | X | | |
| Linhares da Beira | X | X | X | X | ● | | X | | X | |
| Marialva | X | X | X | X | ● | | X | | X | |
| Monsanto | X | X | X | X | ● | | X | X | X | |
| Píódão | X* | X | X | X | ● | | X | | X | |
| Sortelha | X | X | X | X | | ● | X | | X | |
| Trancoso | X | X | X | X | | ● | X | | X | |

*só pedonal, com exceção de arruamento na extremidade. Entrada da aldeia.

1.2 Proposta de Referencial AHP

A proposta de Referencial de Aldeia Histórica de Portugal que aqui se apresenta é o resultado do trabalho de pesquisa e de campo desenvolvido e apresentado nos pontos anteriores, salientando-se o importante envolvimento da comunidade local e de entidades estratégicas que, numa abordagem *bottom-up*, se mobilizaram para partilhar as suas visões e aspirações sobre a sua aldeia, os seus elementos distintivos e as soluções adequadas para a sua preservação e valorização. A metodologia aplicada envolveu um amplo trabalho de campo que permitiu traçar um retrato macro da realidade de cada aldeia e a auscultação local, através de reuniões com cada um dos executivos municipais e reuniões alargadas em todas as aldeias, com a presença de habitantes, empresas e entidades com forte ligação às dinâmicas locais. Complementarmente, para a população que não teve oportunidade de estar presente nas reuniões de Aldeia, foi ainda disponibilizado um questionário online, tendo sido recolhidas cerca de duas dezenas de respostas que foram também tidas em consideração.

Neste processo de mobilização e auscultação, à questão “O que é para si uma “Aldeia Histórica de Portugal?” as respostas gravitaram fundamentalmente nas dimensões patrimonial, histórica e identitária, com referências ao **património único** e **identidade histórica e cultural**, à necessidade estrutural de **capital humano** para lhes dar vida, sendo também relevante o destaque dado às características do casario, representativo do tradicional, com um cunho fortemente regional.

Tabela 6. Contributos da comunidade local

| Reuniões de aldeia (fevereiro e março de 2020): |
|---|
| <i>“Destaca-se a população residente envelhecida e o despovoamento” (AHP Piódão)</i> |
| <i>“As aldeias mantêm a sua identidade; não devem perdê-la.” (AHP Castelo Novo)</i> |
| <i>“É uma entidade histórica e identitária da cultura local.” (AHP Sortelha)</i> |
| <i>“Onde se respira história; transporta-nos para uma época com história.” (AHP Sortelha)</i> |
| <i>“A acessibilidade difícil, com pouco contacto com o exterior preservou a riqueza cultural das aldeias – projeção do passado no presente” (AHP Almeida)</i> |
| <i>“Edificado característico, relações sociais (beirãs) e tradições e costumes” (AHP Almeida)</i> |
| <i>“Cultura de um povo, hábitos, cultura nacional” (AHP Castelo Mendo)</i> |
| <i>“Mantém a riqueza histórica e do património” (AHP Castelo Rodrigo)</i> |
| <i>“É uma aldeia com vida” (AHP Castelo Rodrigo)</i> |
| <i>“Muitas das AHP já foram sede de concelho e pela sua localização geográfica permitiu a defesa do território/fronteira – importância para a nacionalidade portuguesa” (AHP Castelo Rodrigo)</i> |
| <i>“Enriquece a diversidade cultural do país” (AHP Castelo Rodrigo)</i> |
| <i>“Além do património, a principal riqueza são as pessoas” (AHP Marialva)</i> |
| <i>“Há uma riqueza imensa nas aldeias, património muito rico inclusive espólio que não está exposto para o público” (AHP Trancoso)</i> |
| <i>“Um monumento que integrasse um conjunto de monumentos. E esses monumentos são as AH” (AHP Belmonte)</i> |
| <i>“Possui uma grande qualidade de vida e paz” (AHP Belmonte)</i> |
| <i>“Destaca-se o património” (AHP Linhares da Beira)</i> |
| <i>“A aldeia histórica identifica-se pelo seu património” (AHP Idanha-a-Velha)</i> |

“Os mais idosos têm vontade de passar aos mais novos os saberes antigos... era interessante reavivar as tradições e atividades” (AHP Idanha-a-Velha)
“...quantidade de turistas que a aldeia recebe” (AHP Monsanto)

Contributos recolhidos no questionário online à comunidade (até 29 de abril de 2020):

“Um local que tenta preservar a sua identidade tradicional e histórica, nomeadamente a nível do património edificado e imaterial”
“Uma aldeia onde se tenta preservar e manter o que nos foi deixado pelos nossos antepassados”
“É uma aldeia que reúne um património material e imaterial histórico ímpar”
“É sempre um destino com paisagens e recantos que uma cidade não oferece”
“Uma pequena maravilha que vale a pena visitar”
“É uma aldeia que nos faz recordar os nossos antepassados, como eles viviam”
“É uma aldeia típica, onde a História é distinta para uma região”
“Um conjunto (população, história, identidade e património) de valências que juntas são a base da história do povo português”
“Um local com uma carga histórica e cultural, que deverá ser alvo de destaque, quer para residentes, quer para transeuntes, turistas, e que terá ofertas culturais, gastronómicas, sociais, ou outras, que sejam relevantes para a divulgação e manutenção do património”
“Reservatório de memórias”
“É a junção das tradições, dos costumes, do património, da gastronomia, da natureza, das gentes de um lugar e que nos permite viver e reviver a nossa "História" e a nossa "história"”
“É um local que identifica a nossa cultura”
“Um lugar histórico, calmo e tranquilo onde podemos voltar ao tempo medieval e épico da nossa história”
“Uma aldeia preservada”
“Local com importância histórica significativa e com um enquadramento paisagístico diferenciado e com características únicas”
“uma aldeia com muita história”
“A Joia do território. O Cartão de Visita”

Tendo por base os diversos contributos e o trabalho de campo, verifica-se basilar para a população a dimensão patrimonial e histórica na definição de aldeia histórica. Também se registam como aspirações, diversos atributos em tempos existentes nas aldeias e que a população identifica como vitais para que estas sejam espaços coletivos com qualidade de vida e atrativos.

É com este enquadramento que se constrói a proposta de Referencial de Aldeia Histórica de Portugal que, para além de integrar os valores patrimoniais que compõem a sua matriz histórica e identitária pretende sustentar e legitimar as múltiplas dimensões identificadas, associadas a um espaço humanizado vibrante e com qualidade de vida, afirmando assim a Rede como uma referência no contexto nacional e internacional, alcançando a visão de futuro enquanto “território sustentável, líder no crescimento verde”.

Nesta ótica, importa pensar as AHP como um todo, concretizando uma visão única e integrada para todos os aglomerados que constituem a rede, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território que se materializa no presente Referencial.

A visão almejada para a rede AHP decorre de uma mudança de paradigma, a nível nacional e europeu, que reconhece o papel dos territórios de baixa densidade para a coesão e competitividade regional.

Neste âmbito, a Comissão Europeia tem vindo a apoiar ativamente a criação de “*Smart Villages*”³ que tiram partido dos seus ativos locais e exploram novas oportunidades, incorporando novas tecnologias e inovação que promovem a qualidade de vida da população, mas também a competitividade e uma melhor utilização de recursos, com menor impacto ambiental, tendo em consideração as particularidades de cada território.

Verifica-se também uma transição progressiva para uma economia verde, de baixo carbono e eficiente em termos de recursos, aspetos que refletem as crescentes preocupações com a sustentabilidade, com a saúde pública, e com a qualidade do espaço social, e que tendem a contrariar o anterior paradigma. Assumem-se, neste âmbito, as políticas urbanas orientadas para a sustentabilidade e a socialização, onde se considera a importância funcional do espaço urbano, não só pelos usos e atividades económicas que envolve, mas também por proporcionar o encontro dos cidadãos, como expressão do sentido de comunidade.

Tendo por base estes desafios, o Referencial produzido revela-se essencial para definir uma “Aldeia Histórica de Portugal”, estabelecendo os requisitos necessários para que se verifique um alinhamento estratégico de todos os aglomerados que constituem a rede e corresponsabilização das entidades envolvidas.

A construção deste Referencial teve por base dois modelos que exploram novas formas de planear o espaço urbano, seja pela incorporação da dimensão “sustentabilidade”, seja pela relevância dada ao espaço público integrando as suas mais diversas valências.

Considerando o desígnio da sustentabilidade e crescimento verde, revelou-se importante encontrar um modelo de verificação do grau de sustentabilidade do território, assumindo a sustentabilidade como um conceito integrado e abrangente. Da pesquisa efetuada, considera-se pertinente a abordagem “*Circles of Sustainability*”⁴, um instrumento desenvolvido pelo Instituto de Cultura e Sociedade da Universidade Western Sydney (Austrália) em colaboração com outras entidades especialistas na matéria, que combina indicadores quantitativos e qualitativos. Esta abordagem integra a avaliação de um conjunto alargado de indicadores quatro vertentes macro da sustentabilidade (Figura4), nomeadamente:

- Ecologia: indicadores referentes aos materiais e energia; água e ar; fauna e flora; habitats e ecossistemas; infraestruturas e transportes; saúde e bem-estar; emissões e resíduos;
- Economia: produção e matérias-primas; fluxos comerciais; contabilidade e regulação; consumo e uso; trabalho e segurança social; tecnologias e infraestruturas; riqueza e distribuição;

³ Comissão Europeia, “EU Action for Smart Villages”, 2017

⁴ James, Paul, “Urban Sustainability in Theory and Practice - Circles of sustainability”, 2014

- Política: organização e governação; justiça; comunicação e participação cívica; representação e negociação; segurança; diálogo; ética;
- Cultura: identidade e compromisso; criatividade e lazer; memória e património; Ideias e valores; género e gerações; aprendizagem; qualidade de vida e saúde.

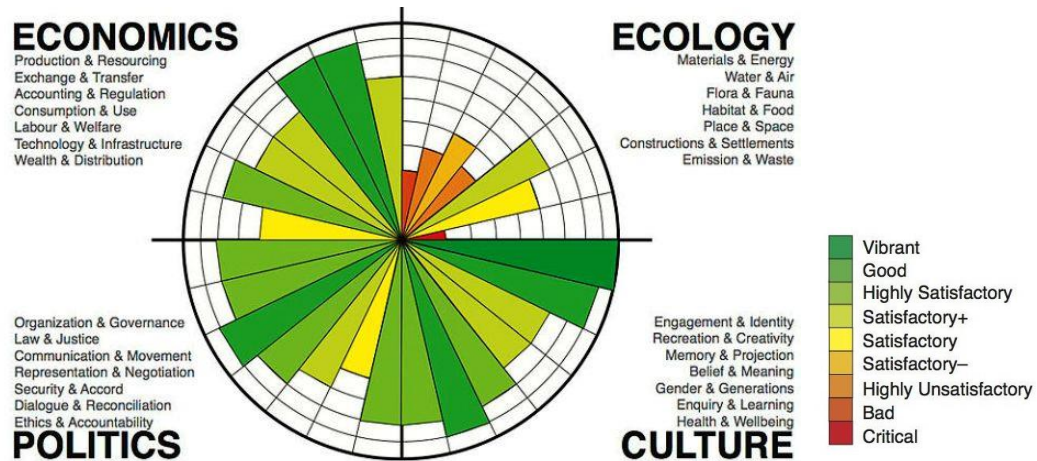


Figura 4. Circles of sustainability

Fonte: www.circlesofsustainability.org/

Da mesma forma, no modelo proposto no âmbito do Project for Public Spaces⁵, verifica-se uma nova abordagem no modo de planear o espaço público, nomeadamente, uma abordagem focada na comunidade local já que se pretende que estes espaços sejam melhor utilizados, mais sustentáveis, e dotados de um sentimento de propriedade pelos residentes, tendo por base um modelo conceptual (Figura4) em que são valorizados quatro atributos fundamentais:

- Sociabilização;
- Usos e atividade;
- Conforto e imagem;
- Acessos e ligações.

⁵ www.pps.org/

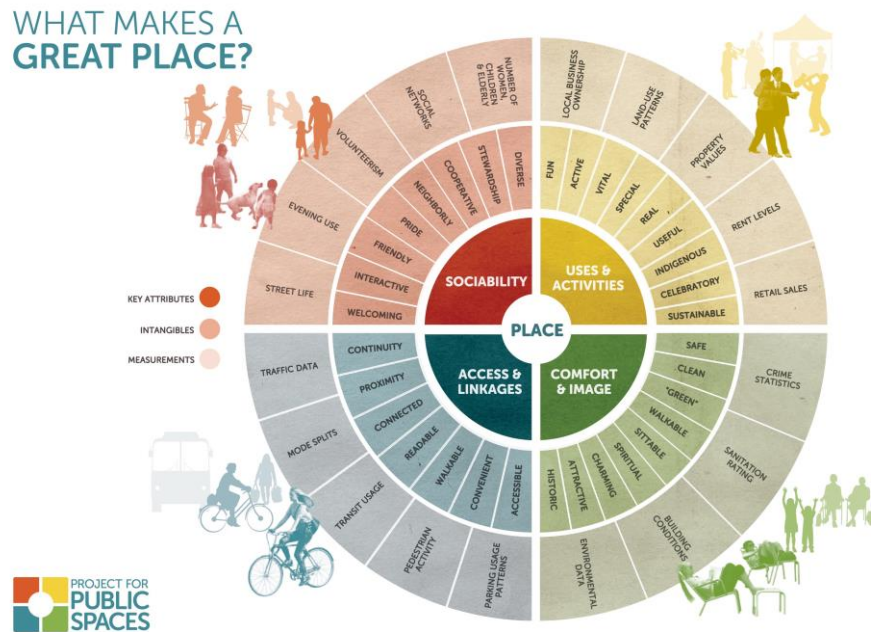


Figura 5. Atributos dos espaços públicos

Fonte: Project for Public Spaces (www.pps.org/article/grplacefeat)

Com base no enquadramento apresentado, construído através de um amplo trabalho de campo e da mobilização da comunidade das aldeias que se pronunciou sobre “o que é/o que deve ser uma Aldeia Histórica de Portugal”, a proposta de Referencial “Aldeia Histórica de Portugal” é estruturada em dois níveis que se prevê funcionarem de forma sequencial, ou seja, a avaliação do nível 2 decorrerá do cumprimento das dimensões constantes do nível 1 (Figura6).

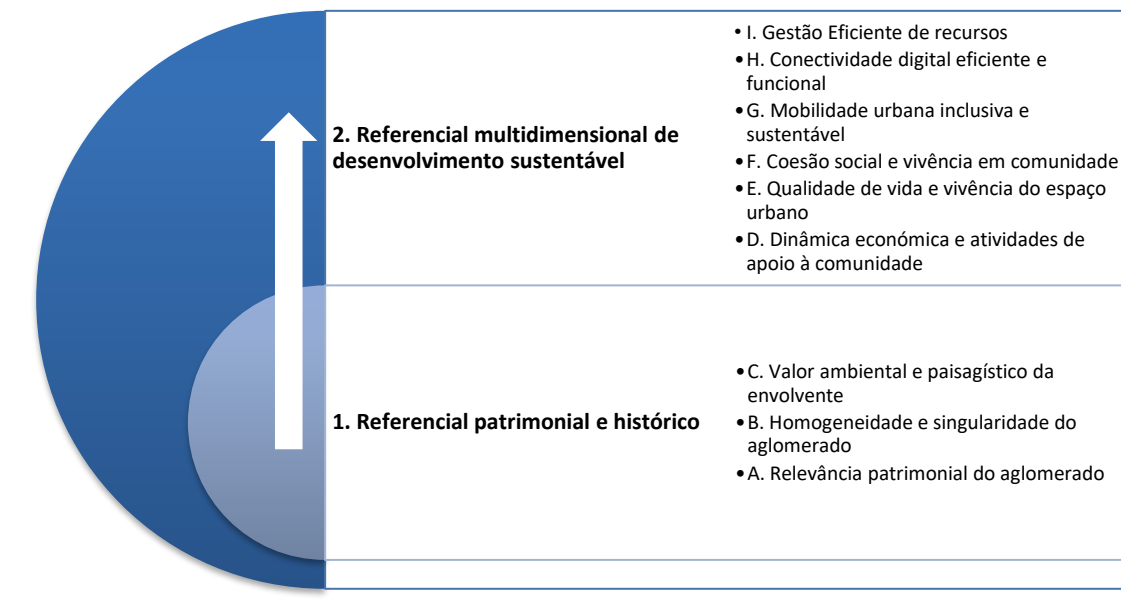


Figura 6. Dimensões do Referencial AHP, por nível de avaliação

Aos níveis está associado um conjunto de dimensões que por sua vez integram critérios adequados a uma verificação que se pretende simples e objetiva (Tabela).

O **nível 1** do Referencial AHP corresponde ao “Referencial Patrimonial e Histórico” da Aldeia. Este é o nível basilar a cumprir para que o aglomerado urbano possa ser uma “Aldeia Histórica de Portugal” e que está essencialmente associado a características físicas. Este nível integra três dimensões: (a) Relevância patrimonial do aglomerado, (b) Homogeneidade e singularidade do aglomerado e (c) Valor ambiental e paisagístico da envolvente. Cada dimensão é avaliada por um modelo multicritério que torna possível a sua compreensão e verificação:

- A dimensão (a) “relevância patrimonial do aglomerado” está associada à monumentalidade presente na aldeia, sendo os critérios indexados à relevância histórica do aglomerado, à existência de património cultural classificado com estatuto de interesse público ou monumento nacional e ainda de património cultural imaterial ainda presente na comunidade. Por último, a relevância administrativa que ainda deve existir.
- A dimensão (b) “homogeneidade e singularidade do aglomerado” está associada às características únicas e distintivas do núcleo urbano, quer na sua malha (espaço público) como no tecido (construído) que o constitui, nomeadamente ao nível de materiais e unidade do conjunto e também do estado de conservação.
- A dimensão (c) “valor ambiental e paisagístico da envolvente” observa o enquadramento da aldeia no espaço natural envolvente e o respeito entre diferentes ocupações e usos que permitem um equilíbrio duradouro homem/natureza.

O **nível 2** do Referencial AHP possui um caráter complementar e corresponde ao “Referencial multidimensional de desenvolvimento sustentável” da Aldeia. Este é um nível com um conjunto alargado de dimensões de caráter qualitativo e que incidem em domínios materiais e imateriais do aglomerado e da sua comunidade. Integram-se as seguintes dimensões: (d) dinâmica económica e atividades/serviços de apoio à comunidade, (e) qualidade de vida e vivência do espaço urbano; (f) coesão social e dinâmicas comunitárias; (g) mobilidade urbana inclusiva e sustentável; (h) conectividade digital eficiente e funcional e (i) gestão eficiente de recursos. À semelhança do nível 1, cada dimensão possui um conjunto de critérios associado e que torna possível a sua compreensão e verificação:

- A dimensão (d) “dinâmica económica e atividades/serviços de apoio à comunidade” está associada à multifuncionalidade necessariamente existente no aglomerado que permite que se verifiquem trocas comerciais e que a comunidade residente e trabalhadora sinta que tem à sua disposição os serviços e atividades necessárias, garantindo assim a atratividade deste território. Integra-se neste rol de atividades e serviços o turismo essencial na consolidação do produto turístico “AHP”.
- A dimensão (e) “qualidade e vivência do espaço urbano” está associada à existência de espaços públicos com características adequadas à sua apropriação e usufruto por parte da comunidade, em condições de conforto e segurança.
- A dimensão (f) “coesão social e dinâmicas comunitárias” inclui critérios essencialmente imateriais, mas incontornavelmente associados à existência e adequação de espaços públicos que permitam à comunidade ter uma voz coletiva e dinâmicas de partilha, entreajuda e cidadania tão presentes na ancestral dimensão aldeã.
- A dimensão (g) “mobilidade urbana inclusiva e sustentável” observa a acessibilidade e ligação da aldeia com a sua envolvente contrariando a visão do núcleo histórico como uma ilha fechada em si mesma e potenciando sinergias e complementaridades com outros aglomerados. Esta dimensão é essencial para a competitividade e atratividade da aldeia. Integra esta dimensão o critério de acessibilidade universal na aldeia.
- A dimensão (h) “conectividade digital eficiente e funcional” integra um único critério ligado à disponibilização de infraestruturas tecnológicas de qualidade e níveis de serviço ótimos e que são essenciais não apenas para os residentes e visitantes, mas também para as empresas existentes nas aldeias.
- A dimensão (i) “gestão eficiente de recursos” inclui critérios ligados à gestão de resíduos urbanos domésticos e das empresas de vários setores de atividade existentes na aldeia e que garante a sua seleção e valorização e também à potenciação de soluções inovadoras ligadas à rede de águas e rede de energia.

Tabela 7. Proposta de Referencial AHP

| Nível | 1. Referencial patrimonial e histórico |
|-----------------|---|
| Dimensão | a. Relevância patrimonial do aglomerado |
| Critérios | a1. Possuir um legado histórico associado à constituição da nação/defesa da fronteira e/ou à ruralidade e modo de vida ancestral em comunidade |
| | a2. Integrar bens patrimoniais classificados de interesse público ou nacional preservados |
| | a3. Possuir património cultural imaterial preservado e valorizado nas dinâmicas socioculturais existentes |
| | a4. Apresentar relevância em termos administrativos, estabelecendo relações de influência e complementaridade com a envolvente |
| Dimensão | b. Homogeneidade e singularidade do aglomerado |
| Critérios | b1. Ser um aglomerado urbano de microescala em território de baixa densidade que preserva traços de vida comunitária associados ao contexto rural em que se insere |
| | b2. Possuir uma forte representatividade da arquitetura vernacular, com utilização de materiais endógenos nas soluções construtivas |
| | b3. Possuir um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana e mecanismos de acompanhamento e monitorização da sua execução (ORU Sistemática) |
| | b4. Apresentar bom estado de conservação e uniformidade do tecido urbano (edificado) em termos de ocupação, densidade e volumetria |
| | b5. Apresentar uma malha urbana conservada, equilibrada e coerente com a escala do aglomerado, com espaços de estar e de circulação, com utilização de materiais endógenos |
| Dimensão | c. Valor ambiental e paisagístico da envolvente |
| Critérios | c1. Apresentar uma ocupação humana em equilíbrio e harmonia com a paisagem natural envolvente |
| | c2. Integrar ou apresentar ligações diretas com áreas naturais classificadas (SNAC) |
| Nível | 2: Referencial multidimensional de desenvolvimento sustentável |
| Dimensão | d. Dinâmica económica e atividades/serviços de apoio à comunidade |
| Critérios | d1. Apresentar alguma diversidade funcional com atividades de serviços e comércio de proximidade, adequado às necessidades da população residente |
| | d2. Possuir condições de suporte à promoção do potencial socioeconómico da aldeia, capazes de atrair e reter funções urbanas inovadoras e competitivas, nomeadamente através de disponibilização de edificado para fins múltiplos |
| | d3. Possuir posto de turismo, atividades turísticas e sinalética de identificação, orientação e interpretação com acessibilidade universal, sempre com a imagem AHP |
| Dimensão | e. Qualidade e vivência do espaço urbano |
| Critérios | e1. Dispor de espaços públicos de estar e de lazer qualificados e equipados com mobiliário urbano adequado, que funcionem como locais de encontro e suporte à vivência comunitária |
| | e2. Integrar, sempre que possível, áreas arborizadas/permeáveis, assegurando a resiliência urbana e a continuidade de micro corredores ecológicos de ligação à envolvente natural |
| | e3. Garantir condições de segurança e proteção civil e de saúde pública para a comunidade e visitantes |
| Dimensão | f. Coesão social e dinâmicas comunitárias |
| Critérios | f1. Possuir espaços comunitários de encontro da comunidade e dinâmicas regulares de socialização e partilha, nomeadamente de carácter intergeracional |
| | f2. Dinamizar iniciativas de valorização do património cultural e de reforço da identidade local e da Rede AHP |
| | f3. Apresentar modelos de mobilização da comunidade residente que estimulem a participação e a cidadania ativa |
| Dimensão | g. Mobilidade urbana inclusiva e sustentável |
| Critérios | g1. Possuir um sistema de mobilidade multimodal, que privilegie a circulação pedonal no interior da aldeia com condições de conforto e segurança |
| | g2. Ser servida por uma rede de transportes públicos funcional e adaptada às necessidades da população |
| | g3. Garantir o acesso e a utilização dos espaços públicos por toda a população, através do cumprimento de critérios de acessibilidade universal |
| Dimensão | h. Conectividade digital eficiente e funcional |

| | |
|-----------|---|
| Critérios | h1. Possuir infraestruturas eficientes de conectividade digital, capazes de responder às necessidades de utilização no domínio privado (população e atividades económicas) e público (serviços, suporte ao turista, gestão inteligente da aldeia, etc.). |
| Dimensão | i. Gestão eficiente de recursos |
| Critérios | i1. Possuir um sistema de recolha seletiva de RSU adequado às necessidades e à unidade visual da aldeia e integrado em sistemas de valorização/economia circular de escala municipal e intermunicipal. i2. Potenciar, sempre que possível, soluções inovadoras de utilização e gestão de recursos, nomeadamente no domínio da energia e da água. |

O Referencial AHP proposto deverá ser cumprido pelas 12 aldeias históricas, podendo, contudo, haver critérios que, não sendo atualmente cumpridos, como se verifica e expõe de seguida (Tabela8), terão de ser trabalhados para que possam ser cumpridos no seguinte horizonte temporal:

- **Nível 1. Propõe-se que os critérios atualmente não cumpridos possam vir a sê-lo num horizonte temporal máximo de 5 anos.** Este horizonte temporal que se considera de curto prazo, está amplamente relacionado com o processo de valorização e classificação patrimonial do conjunto das 12 aldeias como conjuntos Monumento Nacional. O cumprimento de todas as dimensões e critérios associados é uma responsabilidade conjunta das autarquias, AHP-ADT e de múltiplos organismos da administração central e descentralizada na criação de condições para que a intervenção integrada na dimensão patrimonial e histórica seja possível, debelando fatores críticos atualmente verificados (ver Ponto 2).
- **Nível 2. Propõe-se que os critérios integrados neste nível sejam integralmente cumpridos num horizonte temporal máximo de 10 anos.** Este horizonte tempo de médio prazo justifica-se pela multiplicidade de variáveis envolvidas e que, tal como referido no Nível 1 estão suportadas num complexo quadro de corresponsabilidades que deverão ser debeladas progressivamente. Também pesa nesta proposta a possibilidade de este ser o prazo de vigência e concretização dos programas das Operações de Reabilitação Urbana de caráter sistemático em que se perspetiva a integração destas várias dimensões, numa lógica de rede.

Importa ainda referir que a construção da Tabela seguinte, que mostra o ponto de partida das Aldeias da Rede face ao cumprimento dos requisitos, tem por base a informação sistematizada, nomeadamente no ponto 1.2. Verifica-se, pois, a existência de inúmeros critérios que devem ser trabalhados para que todas as Aldeias Históricas de Portugal possam, nos horizontes temporais propostos, cumprir integralmente o Referencial AHP.

Tabela 8. Situação das 12 AHP face à proposta de Referencial AHP (ano 2020)

| Nível | Nível 1 | | | | | | | | | | | Nível 2 | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| | a | | | | b | | | | | c | | d | | | e | | | F | | | g | | | h | i | |
| Dimensão | a1 | a2 | a3 | a4 | b1 | b2 | b3 | b4 | b5 | c1 | c2 | d1 | d2 | d3 | e1 | e2 | e3 | f1 | f2 | f3 | g1 | g2 | g3 | h1 | i1 | i2 |
| Almeida | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Belmonte | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Castelo Mendo | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Castelo Novo | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Castelo Rodrigo | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Idanha-a-Velha | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Linhares da Beira | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Marialva | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Monsanto | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Piódão | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Sortelha | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |
| Trancoso | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ● | ● | ● | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ⊙ | ● | ⊙ | ● | ● | ⊙ | ● | ⊙ | ⊙ |

Legenda: ● - Cumpre ; ⊙ - Não cumpre

Observações: No caso dos critérios b4 e b5, o não cumprimento deve ser compreendido com base na informação sistematizada nas Tabela4 e Tabela5.

Num cenário de manutenção de não cumprimento dos critérios do Referencial AHP, nomeadamente do Nível 1, antecipa-se a necessidade de serem aferidos os condicionalismos que estiveram na base do não alcance de resultados, identificando responsabilidades, e ser avaliado o quadro de consequências e impacto na geometria da Rede.

É com este enquadramento que se identificam de seguida os fatores críticos que, à priori, se assumem como cruciais para o alcance do cenário de cumprimento integral do Referencial, por parte das 12 aldeias da Rede. A responsabilidade de debelar os fatores críticos associados ao cumprimento, ou não, dos critérios que integram o Referencial AHP é de múltiplas entidades, devendo por isso ser chamadas a assumir este compromisso coletivo, e neste sentido, formalizando uma declaração de compromisso com a Rede AHP.

2 Fatores críticos e pressupostos de mudança

As Aldeias Históricas de Portugal enquanto elementos simbólicos e patrimoniais de elevado interesse nacional, exemplos das nossas mais profundas e remotas origens e arquivos vivos do património material e imaterial (história, cultura e património arquitetónico e natural), constituem um produto turístico e uma marca de elevado valor e, através da sua dinâmica em rede de valorização e ativação de recursos locais, potenciadora do desenvolvimento económico e social do território em que se inserem.

Promovidas em Rede, num contexto de valorização económica do recurso endógeno que em si mesmas constituem, as AHP devem ser entendidas numa perspetiva de competitividade turística, de fixação de pessoas e atividades económicas e de ordenamento do território, que permita a criação de um ecossistema favorável à criação de ofertas diferenciadoras no domínio do turismo cultural e paisagístico, tendo em vista a sua distinção no quadro nacional e internacional, e à promoção de complementaridades funcionais que potenciem a fixação de população, a preservação patrimonial e ambiental e o seu desenvolvimento sustentado e sustentável.

Afirma-se assim o desafio de garantir o cumprimento do Referencial AHP pelas doze aldeias atualmente constituintes da Rede, que, como referido no final do ponto 1.3, depende de um complexo conjunto de atores públicos e privados.

Em termos operacionais e temporais, o desenvolvimento do recurso AHP e o fortalecimento de uma Rede com um recurso único e preservado, que cumpre o Referencial de qualidade avalizado (Tabela7), dependerão de diversos fatores, muitos deles indetermináveis pois dependem de um conjunto de variáveis não passíveis de quantificar ou prever, nomeadamente:

- Parceiros envolvidos ou a envolver na valorização do recurso endógeno AHP;
- Dinâmicas de mercado e rentabilidade de projetos de investimento essenciais para a valorização do recurso AHP;
- Instrumentos fiscais e financeiros de suporte à aceleração do desenvolvimento de projetos de investimento com vista ao reforço da competitividade das AHP;
- Modelo de financiamento e tipologia de apoios mobilizados de forma integrada para a valorização do recurso AHP;

Não sendo possível prever, é fundamental identificar os atores que podem ter um papel ativo na criação de um contexto facilitador e favorável à valorização da Rede e cumprimento do Referencial por parte das doze aldeias. A AHP-ADT é a entidade âncora de todo o processo, contudo o seu âmbito de atuação é condicionado por diversas entidades cuja responsabilidade pela criação do referido

contexto é incontornável, devendo a Rede AHP estar claramente integrada nas suas agendas. Destacam-se, neste âmbito, as seguintes entidades:

- Autarquias;
- Administração central e regional no domínio do Património e Cultura: Ministério da Cultura, Direção Geral do Património Cultural /Direção Regional de Cultura do Centro;
- Administração central e regional no domínio do planeamento e gestão territorial e da definição de políticas públicas e instrumentos de apoio: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Secretaria de estado da Habitação, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU);
- Administração Central e regional no domínio do Turismo: Secretaria de Estado do Turismo, Turismo de Portugal, Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e as Comunidades Intermunicipais⁶;
- Agentes privados.

É neste contexto que, partindo do **pressuposto essencial de manutenção de uma abordagem em Rede**, se identificam os seguintes **fatores críticos à valorização das AHP e ao cumprimento do Referencial estabelecido**:

- a) A preservação e valorização patrimonial;
- b) A reabilitação urbana da aldeia e da sua envolvente direta;
- c) A disponibilidade de um modelo de financiamento que sustente uma intervenção integrada;
- d) A flexibilidade na gestão urbanística e a polivalência e complementaridade funcional;
- e) O capital humano, a mobilização e a participação ativa da comunidade;
- f) A valorização e dinamização das cadeias de valor dos recursos endógenos;
- g) A comunicação e marketing.

Estes fatores críticos debilitam o contexto e conseqüentemente têm um impacto direto na consecução dos vários critérios do Referencial, conforme expresso na Tabela seguinte.

⁶ Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de novembro

Tabela 9. Matriz de correlação entre fatores críticos e a proposta de Referencial AHP

| Referencial | Nível | 1 | | | | | | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------|----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|--|
| | Dimensão | A | | | | b | | | | | c | | d | | | e | | | f | | | g | | | h | | i | |
| | critério | a1 | a2 | a3 | a4 | b1 | b2 | b3 | b4 | b5 | c1 | c2 | d1 | d2 | d3 | e1 | e2 | e3 | f1 | f2 | f3 | g1 | g2 | g3 | h1 | i1 | i2 | |
| Fatores críticos | a) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | b) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | c) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | d) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | e) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | f) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | g) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

De seguida descrevem-se sucintamente os fatores críticos identificados e que será necessário acautelar para que as Aldeias Históricas cumpram o Referencial que as distingue, apresentando, em cada fator crítico, um conjunto de propostas para debelar o contexto atual da responsabilidade de várias entidades.

a) A preservação e valorização patrimonial

O programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal constitui um exemplo de uma política ativa e integrada de qualificação do património emblemático do interior do país, intervindo sobre o território urbano-rural e o tecido edificado, através da valorização (reabilitação e promoção de atividades) dos seus edifícios, dos monumentos e do espaço público. Apesar deste processo promovido na década de 90 do século XX, a perpetuação de fenómenos como a desertificação do espaço rural, o envelhecimento populacional, o esvaziamento funcional das povoações e a degradação do estado de conservação dos imóveis têm vindo a contribuir para a crescente descaracterização das AHP.

Por outro lado, verificam-se problemas na conservação e manutenção de edifícios/monumentos classificados, uma vez que a Tutela nem sempre consegue dar resposta às necessidades identificadas nos territórios. Neste contexto, as autarquias têm vindo a assumir responsabilidades na gestão do património, no âmbito do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais. **Considerando os condicionalismos financeiros dos municípios, caso não exista uma rápida e eficaz concertação de esforços entre diferentes níveis da administração pública, a implementação de ações com vista à preservação e valorização do património/conjunto das AHP pode estar comprometida.**

No entanto, o património não se cinge ao que se encontra atualmente construído, classificado ou inventariado, o património das Aldeias, inclui, também, as expressões culturais e as tradições

preservadas pela população, através do legado patrimonial imaterial existente nas AHP, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições. Esta dimensão é também crítica uma vez que muita das pessoas que detêm este conhecimento são idosas, sendo imprescindível atuar de forma urgente na sua preservação.

i) Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:

- Compromisso da administração central, regional e local que tutela o património no **reforço do investimento** para a sua preservação e qualificação.
- Compromisso da administração central na **revisão da legislação** e na **simplificação administrativa** dos processos de intervenção no património classificado e nas suas áreas de proteção.
- Possibilidade de **criar uma equipa multidisciplinar** de suporte à valorização das Aldeias, **sob a alçada da AHP-ADT em coordenação com as autarquias**, com técnicos qualificados nas áreas de arquitetura, arqueologia, entre outras que assegurem a capacidade de resposta às exigências de intervenção num território classificado, desonerando os privados que queiram manter ou criar residência ou atividade económica nas AHP, através da reabilitação de imóveis disponíveis.
- Possibilidade de **criar apoios financeiros específicos e mecanismos de compensação para a reabilitação de elementos patrimoniais do domínio privado**, contribuindo para a atenuação do ónus financeiro associado às intervenções em espaços classificados.

b) A reabilitação urbana da aldeia e da sua envolvente direta

De forma a possibilitar que as entidades singulares ou coletivas que se pretendem instalar nos concelhos da Rede, escolham as AHP, importa encontrar mecanismos que permitam a valorização e criação de novos fatores de competitividade, sempre com a premissa de preservar e potenciar os recursos que as caracterizam e de responder às expectativas e necessidades dos agentes e da população local.

Neste sentido promoveu-se em conjunto com as câmaras municipais mecanismos que pudessem assegurar a reabilitação urbana da Aldeia e da sua envolvente direta, num processo integrado que passou pela delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e aprovação das respetivas Operações de Reabilitação Urbana de carácter sistemático, fundamentais para a atratividade dos territórios, tanto mais que visam uma intervenção integrada de reabilitação, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização

coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público, articulado com o investimento privado.

A vantagem de uma abordagem sistemática (definição da ORU Sistemática) está também associada ao facto de esta conferir poderes acrescidos aos Municípios, uma vez que a aprovação de uma ORU sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos de imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas, empreitada única, demolição de edifícios, direito de preferência, arrendamento forçado, constituição de servidão, expropriação, venda forçada, reestruturação da propriedade.

Este fator crítico revela-se de elevada importância uma vez que existe algum património abandonado e descaracterizado que desqualifica a imagem urbana das AHP, verificando-se também fenómenos especulativos no mercado imobiliário, com o preço/m² do edificado e terrenos elevado comparativamente com os valores praticados noutras áreas concelhias. Neste contexto, será útil encontrar mecanismos de controlo urbano e estabilização do valor dos imóveis (prevenir a especulação no mercado) que poderão passar pela definição de uma estratégia de reabilitação urbana para imóveis específicos, contemplando processos negociais geridos pelos municípios com os proprietários. Neste sentido urge elaborar o levantamento cadastral e o levantamento detalhado com eventuais processos de vistoria dos serviços municipais aos casos mais críticos de forma a identificar proprietários e agilizar processos de intervenção e reabilitação.

Operacionalizar as ORU Sistemáticas de forma a ser possível promover um quadro de intervenção proativa nas Aldeias assente em programas estratégicos de reabilitação urbana e em modelos de execução por iniciativa das Câmaras Municipais, enquanto entidades gestoras, através da criação de unidades orgânicas flexíveis, denominadas Unidades de Reabilitação Urbana e que, para as AHP deverá contar obrigatoriamente com a participação da AHP-ADT para garantir uma intervenção integrada e alinhada na doze aldeias.

De salientar que será fundamental que as Unidades de Reabilitação Urbana (câmaras municipais e AHP-ADT) assumam uma postura ativa na promoção da intervenção dos residentes e de outros atores privados, no sentido da promoção da reabilitação, mantendo a coerência prevista na intervenção. São, desde já, questões a destacar:

i **Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:**

- Compromisso da administração local – autarquias na **formalização de um quadro de referência comum que determine um conjunto de medidas no campo da reabilitação e dos apoios à intervenção e fixação de atividades e residentes.**
- Compromisso da administração central e regional que tutela o desenvolvimento regional e os apoios comunitários em **incluir como prioridade estratégica para a valorização do interior**

a **intervenção integrada e em rede nas AHP**, nomeadamente com a **legitimação do apoio a intervenções de reabilitação urbana e a instrumentos financeiros** de suporte à reabilitação em contexto de aldeia e não apenas nas sedes de concelho.

- Compromisso da administração central na **revisão da legislação** e na **simplificação administrativa** dos processos de intervenção para reabilitação urbana em áreas classificadas, sujeitas a regimes de proteção.

c) A disponibilidade de um modelo de financiamento que sustente uma intervenção integrada

A concretização plena em todas as Aldeias do Referencial AHP proposto envolve um plano de investimentos exigente e contínuo a par do envolvimento institucional e operacional de entidades públicas e de atores privados. Assim como aconteceu na década de 90 do século XX, a abordagem financeira à valorização e preservação das Aldeias tem de ser integrada capaz de apoiar as múltiplas dimensões do Referencial AHP que envolvem investimento material e imaterial nas 12 Aldeias.

Como referido, ao cumprimento do Referencial AHP na Rede estão associadas necessidades de investimento que deve ser garantido através de um modelo integrado que permita uma intervenção consequente em cada aldeia. Neste contexto, prevê-se uma forte preponderância da mobilização de apoios comunitários previstos do quadro plurianual de investimento 2021-2027 e que integra programas europeus e nacionais, sendo essencial que nesta última dimensão se garanta um modelo de financiamento da Rede AHP multidimensional e integrado que apoie investimentos públicos e privados nas Aldeias, à semelhança do que aconteceu no QCA II.

Importa também destacar, neste fator crítico, outras fontes complementares de financiamento que poderão passar pela captação de investimento privado através de benefícios municipais e ações de promoção e divulgação da estratégia proposta para as aldeias.

i) Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:

- Compromisso da administração central e regional que tutela o desenvolvimento regional e o turismo no sentido de garantir a **criação e implementação de um quadro integrado de apoios (nacionais e comunitários)**, à semelhança do que esteve associado à génese da intervenção na Rede de Aldeias no II QCA.
- Compromisso da administração central e regional responsável pela estruturação/negociação dos apoios comunitários em **incluir como prioridade estratégica para a valorização do interior a intervenção integrada e em rede nas AHP**, a **legitimação do apoio a intervenções**

de reabilitação urbana e de ativação ou reforço de atividade económica e a instrumentos financeiros de suporte à reabilitação para entidades públicas e privadas.

- Compromisso da AHP-ADT na criação de uma **equipa técnica adequada à gestão de um Programa de Intervenção Integrada na Rede AHP.**

d) A flexibilidade na gestão urbanística e a polivalência e complementaridade funcional

Auscultada a comunidade local é muitas vezes referida a carga burocrática e o elevado custo associado à intervenção nestas dozes aldeias devido ao facto de serem classificadas ou estarem em perímetros de proteção de monumentos classificados, algo que, ao contrário do que seria expectável, funciona de forma altamente penalizadora para os que pretendem continuar ou passar a residir nas Aldeias.

Este é sem dúvida um fator crítico que deve ser debelado com urgência pois funciona como um inibidor da dinâmica de valorização e reabilitação pretendida. É neste contexto essencial trabalhar com a Tutela na simplificação e desoneração de processos de intervenção em domínio privado e público. É, pois, essencial apostar na flexibilidade (segundo normativos a definir) quanto aos materiais e sistemas construtivos a adotar nos processos de reabilitação e manutenção dos edifícios. Em comparação com outras áreas urbanas, a questão da flexibilidade visa também a equidade social, uma vez que as comunidades locais, por via da classificação patrimonial, têm então custos acrescidos aquando da realização de obras.

Adicionalmente, é crucial assegurar a polivalência das AHP e a complementaridade entre estas e com a sua envolvente, de acordo com as capacidades instaladas ou potenciais e que podem albergar diversas funções, com destaque para a necessidade de garantir uma boa base social de apoio à fixação de pessoas e à instalação de negócios (rede de escolas, rede de transporte, rede de conforto). Neste sentido, importa trabalhar redes de serviços, vocações e especificidades territoriais de cada uma das aldeias, de forma complementar e não concorrencial, estabelecendo novas sinergias e criando um macro sistema em rede assente na diversidade funcional destes territórios.

A manutenção do espírito dos lugares e a instalação de novas funções e atividades constitui um fator base para um desenvolvimento social e económico das AHP, estimulando a fixação de população, combatendo o isolamento, o abandono e o rejuvenescimento populacional.

i) Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:

- Compromisso da administração central e regional na **revisão da legislação e quadro regulamentar** e na **simplificação administrativa** dos processos de intervenção para reabilitação urbana em áreas classificadas, sujeitas a regimes de proteção.

- Compromisso da administração central e regional que tutela o desenvolvimento regional e os apoios comunitários em **incluir como prioridade estratégica para a valorização do interior a intervenção integrada e em rede nas AHP**, nomeadamente com incentivos e benefícios fiscais e agilização/simplificação administrativa para a execução de intervenções urbanísticas e instalação de atividades.
- Compromisso da administração local na **facilitação e agilização de processos de intervenção** nas Aldeias e na garantia da possibilidade de ocupação diversa, orientando e auxiliando os promotores que queiram intervir nas AHP através de regras claras e aplicáveis e no auxílio ao seu respeito (apoio técnico, guias de intervenção, simplificação administrativa, etc.).
- Compromisso da administração local - autarquias, de acordo com a lei, em **avaliar e declarar as AHP como zonas de pressão urbanística** (Decreto-Lei n.º 67/2019 de 21 de maio) e de **carência habitacional** (Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro), para efeitos de agravamento de IMI a imóveis devolutos e reforço das áreas destinadas a habitação/definição de metas habitacionais, respetivamente.
- Possibilidade de **criar uma equipa multidisciplinar** de suporte à valorização das Aldeias, sob a alçada da AHP-ADT em coordenação com as autarquias, com técnicos qualificados nas áreas de arquitetura, arqueologia, entre outras que assegurem a capacidade de resposta às exigências de intervenção num território classificado, desonerando os privados que queiram manter ou criar residência ou atividade económica nas AHP, através da reabilitação de imóveis disponíveis.

e) O capital humano, a mobilização e a participação ativa da comunidade

O crescente despovoamento e envelhecimento da população parece por em causa a capacidade de criar ecossistemas urbanos e socioeconómicos dinâmicos, tendo por suporte as doze aldeias Históricas. Efetivamente será um processo complexo, quer pela essencial valorização e inclusão da população residente no processo de transformação e qualificação da sua aldeia quer pelo esforço de atrair residentes e atividades para adensar o capital humano da aldeia e reforçar o sentido de comunidade e a essencial apropriação do espaço coletivo.

O debelar deste fator crítico obriga a uma abordagem inclusiva, através do conhecimento da diversidade e principais dinâmicas locais da população bem como das formas de organização da comunidade local (movimentos associativos, lideranças, relações de proximidade), de modo a envolver a comunidade de forma proactiva na valorização do recurso AHP. Terá também de haver a sensibilidade para, caso essas formas não existam, de as apoiar e incentivar, construindo em conjunto com os residentes esse sentido de comunidade que deve singrar no contexto de aldeia, uma

comunidade intergeracional, multicultural, aberta e tolerante que acolhe os que aqui querem ter o seu lar e a sua atividade.

i) Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:

- Compromisso da administração local, em parceria com a AHP-ADT de criar e implementar uma metodologia para **mobilização da comunidade que deverá ser de carácter regular** e que poderá envolver uma lógica complementar similar à do Orçamento Participativo de Portugal com sessões participativas e eleição de projetos a implementar na Rede, devendo para tal ser instituído um orçamento da Rede AHP para o efeito.
- Compromisso da administração central e regional na **revisão da legislação e quadro regulamentar** e na **simplificação administrativa** dos processos de intervenção para reabilitação urbana em áreas classificadas, sujeitas a regimes de proteção, facilitando a apropriação das AHP pelos seus atuais e potenciais residentes.
- Compromisso da administração local na **facilitação e agilização de processos de intervenção** nas Aldeias, orientando e auxiliando os promotores que queiram intervir nas AHP através de regras claras e aplicáveis e no auxílio ao seu respeito (apoio técnico, guias de intervenção, simplificação administrativa, etc.).
- Compromisso da administração local – autarquias em **concretizar um espaço de suporte aos momentos de encontro da comunidade** com a aquisição e reabilitação de imóvel ou afetação de imóvel propriedade da autarquia.
- Reforço de incentivos e benefícios fiscais e agilização/simplificação administrativa para a execução de intervenções urbanísticas e instalação de atividades.

f) A valorização e dinamização das cadeias de valor dos recursos endógenos

De forma a contribuir para o desenvolvimento económico dos núcleos das AHP, promovendo a fixação de atividades económicas e pessoas na Rede e na Região e, desta forma, incentivar o povoamento das aldeias, importa ativar novas formas de empreendedorismo local alicerçadas nos recursos endógenos. Assim, torna-se fundamental promover a articulação entre as atividades económicas e os setores tradicionais ou emergentes no território, fomentando complementaridades e criando produtos novos e de maior valor acrescentado, quer em termos de processo produtivo, funcionalidades, *design* ou *marketing*. Para tal é premente a aposta na inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, atividades que seria relevante pudessem também estar implantadas na Aldeia e na sua envolvente próxima.

i) Debelar o presente fator crítico depende da concretização dos seguintes esforços, da responsabilidade das seguintes entidades:

- Compromisso da administração central e regional que tutela o desenvolvimento regional e os apoios comunitários em **incluir como prioridade estratégica para a valorização do interior a intervenção integrada e em rede nas AHP**, nomeadamente com **incentivos e benefícios fiscais e agilização/simplificação administrativa** para a (i) execução de intervenções urbanísticas, (ii) instalação de atividades económicas, nomeadamente ligadas à produção, valorização/transformação e comercialização de produtos locais e (iii) para a modernização e qualificação de cadeias de valor de produtos endógenos, através de sistemas de incentivos a micro e pequenas empresas locais (FEDER e FEADER).
- Compromisso da administração local na **facilitação e agilização de processos de intervenção** nas Aldeias e na garantia da possibilidade de ocupação diversa, orientando e auxiliando os promotores que queiram intervir nas AHP através de regras claras e aplicáveis e no auxílio ao seu respeito (apoio técnico, guias de intervenção, simplificação administrativa, etc.).
- Compromisso dos organismos responsáveis pela gestão de apoios nacionais e comunitários com a **adaptação dos mesmos ao contexto de baixa densidade e áreas de especialização do território da Rede e com o reforço de informação** relativa aos mesmos, neste caso com o apoio direto da AHP-ADT.
- Compromisso dos produtores em cooperarem e estabelecerem parcerias entre si e/ou integrem redes de cooperação que reforcem sinergias e vantagens competitivas.
- Compromisso da AHP-ADT em criar ferramentas que facilitem a criação de parcerias, nomeadamente através da disponibilização de bases de dados de empresas/entidades com interesse em cooperar.

g) A comunicação e Marketing

A comunicação e o marketing são fatores críticos de sucesso para a consolidação e desenvolvimento do recurso AHP. Verifica-se que uma adequada estratégia de comunicação e de marketing clara e coerente para um determinado público-alvo (p.e., *stakeholders*, parceiros e utilizadores), permite informar sobre o conjunto das atividades, serviços, equipamentos e espaços disponibilizados nas aldeias. Permite, ainda, promover o conhecimento sobre os fatores distintivos de cada um dos territórios em várias dimensões (história, cultura e património arquitetónico e natural). Face ao estabelecimento do Referencial AHP e conseqüentemente à identificação de novas linhas de intervenção, designadamente ao nível da reabilitação urbana e do desenvolvimento socioeconómico e patrimonial, a valorização do recurso AHP deve contemplar dois vetores de ação:

- Revisitação e reforço da estratégia de comunicação para a valorização da Rede, que extravase o domínio do produto turístico e que integre dimensões de serviços, infraestruturas, recursos e valores patrimoniais e imateriais, oportunidades e qualidade de vida, objetivando públicos-alvo (exemplo: promotores de projetos / ideias inovadoras (empreendedores), profissionais liberais, empresas inovadoras e de base tecnológica, entidades do setor criativo e artístico, investidores, etc.) e definindo identidade visual, abordagem e os necessários mecanismos e linguagens de comunicação;
- Um plano de marketing que alavanque a estratégia de comunicação através da dinamização e participação em eventos e iniciativas no espectro de atuação alargado que se sugere, que serão estrategicamente selecionadas com vista à divulgação e promoção dos fatores distintivos das AHP e das suas diferentes valências, serviços e utilizadores.

A comunicação e marketing são considerados fatores críticos na medida em que se torna essencial contrariar uma eventual imagem das Aldeias Históricas de Portugal apenas como produto turístico, uma vez que, face ao contexto demográfico e novos desafios da interioridade com que se deparam, é primordial que sejam comunicadas e trabalhadas numa abordagem multidimensional que as promova e divulgue como espaços de excelência para viver e trabalhar, com qualidade de vida.

Em síntese, o Referencial AHP é um exercício de legitimação “do que é uma Aldeia Histórica de Portugal” e de afirmação da singularidade e inimitabilidade da Rede AHP. A este exercício está associado um compromisso com a excelência dos 12 aglomerados urbanos de micro escala o que envolve uma elevada exigência ao nível de compromissos individuais de diversas entidades, nomeadamente da AHP-ADT, Municípios e entidades da administração central e regional de diferentes domínios de atuação (ver ponto 1.3 e ponto 2) e compromissos de cooperação para a operacionalização de um contexto favorável à preservação patrimonial e histórica e à vitalização das AHP.

Os desafios de curto e médio prazo centram-se no cumprimento do Referencial AHP por cada uma das 12 aldeias, um processo para o qual partem de diferentes patamares, conforme se apresenta na Tabela 8, e aos quais está associado o conjunto de fatores críticos cuja debelação depende do compromisso de atuação das entidades supramencionadas, conforme apresentado atrás, reiterando-se o seguinte:

- Às entidades da administração central e regional das várias áreas de atuação expressas anteriormente cabe, entre outros, o compromisso inequívoco de (i) criar um contexto favorável ao investimento nas aldeias históricas, mudando a abordagem ao seu

financiamento por fundos europeus e nacionais e aumentando os incentivos e benefícios fiscais para os que nelas residem e trabalham, (ii) mudar a legislação e regulamentação associada à intervenção em áreas classificadas patrimonialmente e que oneram a população local que muitas vezes não possui outra solução senão abandonar a sua aldeia, (iii) simplificar procedimentos administrativos.

- Às entidades da administração local – câmaras municipais, cabe, entre outros, o (i) compromisso inequívoco com a Rede e com a valorização de uma abordagem colaborativa entre as 12 aldeias; (ii) a criação de instrumentos de gestão territorial que sustentem e apoiem a preservação das AHP, nomeadamente as intervenções dos privados (habitação e atividades económicas), beneficiando a qualificação e penalizando a desqualificação; (iii) a criação de uma equipa técnica intermunicipal de apoio à qualificação das AHP (em parceria com a AHP-ADT); (iv) o apoio e estímulo à vida coletiva nas AHP.

promotor



co-financiamento



Cofinanciado pela
União Europeia